



**RACISMO E FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE DA PESSOA NEGRA:
ANTECEDENTES HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

***EL RACISMO Y LA FORMACIÓN DE LA SUBJETIVIDAD DE LA PERSONA NEGRA:
ANTECEDENTES HISTÓRICOS Y PERSPECTIVAS DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR***

***RACISM AND THE FORMATION OF BLACK PERSON SUBJECTIVITY:
HISTORICAL BACKGROUND AND PERSPECTIVES OF SCHOOL EDUCATION***



Thalita Terto COSTA¹
e-mail: thalitaterto@hotmail.com



Maria Veraci Oliveira QUEIROZ²
e-mail: maria.queiroz@uece.br



Emanoel Avelar MUNIZ³
e-mail: emanoel.muniz@ifce.edu.br

Como referenciar este artigo:

COSTA, T. T.; QUEIROZ, M. V. O.; MUNIZ, E. A. Racismo e formação da subjetividade da pessoa negra: Antecedentes históricos e perspectivas da educação escolar. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 25, n. 00, e024004, 2024. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v25i00.17976>



| **Submetido em:** 16/04/2023
| **Revisões requeridas em:** 22/03/2024
| **Aprovado em:** 10/04/2024
| **Publicado em:** 28/05/2024



ARTIGO SUBMETIDO AO SISTEMA DE SIMILARIDADE

Editor: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza – CE – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde – Centro de Ciências da Saúde.

² Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza – CE – Brasil. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará. Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará - Centro de Ciências da Saúde.

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Acaraú – CE – Brasil. Doutor em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Ceará. Enfermeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - campus Acaraú.

RESUMO: A formação da subjetividade da pessoa negra, no Brasil, é afetada pelo racismo e valores colonialistas. Diante disso, esse estudo tem como objetivo descrever sobre o racismo e a formação da subjetividade da pessoa negra, pensando sobre a educação escolar como espaço de possibilidades de práticas antirracistas. É um ensaio teórico reflexivo valendo-se da pesquisa bibliográfica. Observamos que a escola deve alcançar um pensamento crítico que proporcione aos estudantes o entendimento das estruturas sociais de manutenção de poder e o esforço subversivo pela alteração do *status quo* embranquecido. É necessário reagir criticamente ao engessamento do ensino e o comprometimento com uma educação antirracista, diversa e inclusiva. Concluimos que a educação poderá ser um recurso potente para o irromper da pessoa negra enquanto ser humano integral, com a autoestima elevada e com um ideal que tenha como referência seu próprio rosto.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Subjetividade. Construção social da identidade étnica. Educação. Educação antirracista.

RESUMEN: *La formación de la subjetividad de los negros en Brasil está afectada por el racismo y los valores colonialistas. Ante esto, este estudio tiene como objetivo describir el racismo y la formación de la subjetividad de las personas negras, pensando en la educación escolar como un espacio de posibilidades para prácticas antirracistas. Es un ensayo teórico reflexivo que utiliza la investigación bibliográfica. Observamos que la escuela debe lograr un pensamiento crítico que proporcione a los estudiantes una comprensión de las estructuras sociales que mantienen el poder y el esfuerzo subversivo para cambiar el status quo blanqueado. Es necesario reaccionar críticamente ante la rigidez de la enseñanza y el compromiso con una educación antirracista, diversa e inclusiva. Concluimos que la educación puede ser un recurso poderoso para el surgimiento de las personas negras como un ser humano integral, con una alta autoestima y un ideal que tiene como referente su propio rostro.*

PALABRAS CLAVE: *Racismo. Subjetividad. Construcción social de la identidad étnica. Educación. Educación antirracista.*

ABSTRACT: *The formation of the subjectivity of black people in Brazil is affected by racism and colonialist values. Given this, this study aims to describe racism and the formation of the subjectivity of black people, thinking about school education as a space of possibilities for anti-racist practices. It is a reflective theoretical essay using bibliographical research. We note that the school must achieve critical thinking that provides students with an understanding of the social structures that maintain power and the subversive effort to change the whitened status quo. It is necessary to react critically to the rigidity of teaching and a commitment to anti-racist, diverse, and inclusive education. We conclude that education can be a powerful resource for the emergence of black people as an integral human being, with high self-esteem and an ideal that has their faces as a reference.*

KEYWORDS: *Racism. Subjectivity. Social construction of ethnic identity. Education. Anti-Racist Education.*

Introdução

A população negra participou na formação da sociedade brasileira em todos os âmbitos, desde os aspectos das artes e religiosos, até os campos da economia e indústria. Mesmo que de forma compulsória, foram principalmente as pessoas negras que povoaram e edificaram o país (Santos, 2016). Entretanto, essa participação é constantemente negada e invisibilizada.

Para além dessa invisibilização, a história e a formação social brasileira são marcadas pelo crime mais perverso que se pode praticar contra a pessoa humana: a escravização (Madeira, 2017). Após a desumanização sofrida por essa população, ser negro era estar marginalizado, relacionado ao ‘sujo’, ao ‘ruim’ e ao ‘feio’. Por isso, a negação do pertencimento racial emerge como elemento de afirmação social para as pessoas negras. É nesse espaço de exclusão social que a pessoa negra brasileira vai formando a sua subjetividade (Oliveira, 2017).

Em um país como o Brasil, com base escravocrata, o racismo é uma presença constante na vida de pessoas negras. Esse tipo de discriminação é ancorado nas relações de poder que se estabelecem a partir de uma crença de superioridade de raça que está estruturada na nossa sociedade e persiste de forma velada, cruel e determinante para as histórias das pessoas (Almeida, 2018).

As relações raciais são interpretadas no Brasil a partir da crença da existência de uma democracia racial, essa abordagem esconde as tensões ocasionadas pelo racismo na nossa sociedade. A questão racial participou fundamentalmente na formação do capitalismo e deu origem às desigualdades sociais do nosso país. Entretanto, essa atuação da raça estruturando classe não é compreendida por maior parte da sociedade atual, e a falta dessa compreensão sobre a raça como pilar da desigualdade social dificulta ou atrasa a busca de resoluções efetivas para transformações sociais (Madeira, 2017).

No que diz respeito à formação da subjetividade das pessoas negras, para se exercer a autonomia, uma das formas é a elaboração de um discurso próprio do negro sobre o negro. A subjetividade está relacionada com a construção histórica peculiar a que está subordinada e aos aspectos gerais da formação social em que está inserida. Dessa forma, com a experiência de existir como negro em uma sociedade embranquecida, a pessoa negra é impelida a tomar como identificação a pessoa branca, em uma tentativa de tornar-se ‘gente’, pois é o branco que é tratado e respeitado como ‘gente’ (Souza, 2021).

Assim, saber-se negro é muito mais que a simples constatação do óbvio. É vivenciar a experiência de aniquilamento de sua identidade, de ter sido submetido a exigências inacessíveis e confundido em suas concepções. Além disso, é o compromisso de retomar a sua história e

reelaborar suas potencialidades (Souza, 2021). Portanto, nessa sociedade embranquecida, é preciso que sejam desenvolvidos meios para que a pessoa negra possa “descobrir o branco dentro de si mesmo” (Fanon, 2020. p. 208), para então poder matá-lo. Há diversos caminhos que podemos seguir para tentar alcançar esse intuito, mas o que aqui iremos pensar é sobre o caminho da educação.

Os programas de ensino, historicamente e culturalmente, possuem uma educação eurocentrada, por isso e por outros aspectos, como a insuficiência de poder, o povo negro possui uma sub-representação da abordagem nas escolas da sua história e conhecimentos de forma geral. A escola demonstra em suas práticas processos excludentes, que reforçam às crianças brancas concepções de dominação e às crianças negras concepções de subordinação (Araújo; Rocha; Vieira, 2021; Hooks, 2020).

A partir de uma educação formal que parte do ponto de vista do colonizador branco, muitos alunos e alunas negros e negras não se autoafirmam porque sua identidade é majoritariamente relacionada a aspectos negativos, com a ênfase na escravização e subordinação. Em meio a um ambiente escolar que enfatiza essas caracterizações, a autoestima e autoconfiança das crianças e adolescentes negros vão sendo diminuídas, repercutindo diretamente na formação de suas subjetividades (Bertasso, 2021).

Na escola, as diferenças se fazem presentes cabendo aos professores e gestores da educação possuírem criticidade política e antirracista necessária para acolher as demandas das diversidades do alunado. Assim, poderemos esperar futuras gerações de educandos que desfrutem de todas as possibilidades do saber e que compreendam os sistemas de símbolos sociais, para que sejam igualmente elaboradores da civilização (Souza, 2008).

A Lei n.º 10.639/03, alterada pela Lei n.º 11.645/08, que torna obrigatório no currículo oficial das escolas o ensino de história e cultura afro-brasileira, é mais que simplesmente uma regra legislativa de natureza curricular. A lei é uma ação que tem potencial para interferir no imaginário estereotipado sobre cultura afro-brasileira, agindo sobre os aspectos da afirmação identitária das pessoas negras e proporcionando o ensino apropriado sobre a temática (Brasil, 2003).

Com o compromisso de efetivação da Lei nas escolas, a educação contribuirá para a construção de uma nova mentalidade em relação à cultura negra, desfazendo equívocos que levam à deturpação e alienamento acerca da história e cultura brasileira (Silva, 2021). Devemos entender que apesar da lógica da razão, direcionada pelos saberes estruturados, ser indispensável para a inserção das pessoas na sociedade, não é efetiva para modificar as

representações adversas sobre a população negra. Por isso a importância de existir também a experiência de um saber pedagógico afrocentrado, na tentativa de uma prática educacional transformadora (Munanga, 2019).

Diante do exposto, e considerando que já se passaram vinte e um anos desde a promulgação da Lei n.º 10.639, cuja efetivação ainda é irregular e dispersa, diminuindo seu impacto positivo para a população negra, em geral, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Como tornar a educação escolar antirracista, contribuindo para a construção afirmativa da identidade negra?

Dessa forma, o artigo tem como objetivo descrever sobre o racismo e a formação da subjetividade da pessoa negra, refletindo a educação escolar como espaço de possibilidades de práticas antirracistas. É um estudo teórico e reflexivo tendo como procedimento de coleta a pesquisa bibliográfica, utilizando como principais referências os estudos de Frantz Fanon (2020), Neusa Santos Souza (2021) e Bell Hooks (2020).

O manuscrito está organizado em três partes. A primeira é esta introdução, onde trouxemos o objetivo do estudo e os pressupostos iniciais sobre o racismo e a formação da subjetividade da pessoa negra. Na segunda parte apresentamos os antecedentes históricos da população negra na sociedade brasileira, discorrendo sobre a estruturação social brasileira e a negação da história negra na escola. Na terceira parte analisamos a formação da subjetividade da pessoa negra e perspectivas da educação escolar, pensando em possibilidades de mudanças a partir de práticas antirracistas.

Antecedentes históricos da população negra na sociedade brasileira

A historiografia convencional trabalhada nas escolas apresenta uma versão sobre a escravização africana e formação social do Brasil a partir da perspectiva do branco colonizador e das elites brasileiras. É importante destacar aspectos que vão de encontro a essa versão para entendermos que foi a escravização que desestabilizou e corrompeu sociedades africanas inteiras e, diferente do que o europeu e a igreja pregavam, a pessoa negra não era inferior e não precisava ser salva (Schwarcz; Starling, 2015).

Na verdade, essas pessoas foram sequestradas de suas terras, histórias e culturas para serem desumanizadas e servirem de mão de obra e enriquecimento dos países europeus e, mais tarde, dos senhores de terras brasileiras em um odioso sistema de pilhagem da história humana.

Diferente do que a historiografia convencional ensina, vários povos na África possuíam, em certos aspectos, superioridade cultural e técnica em relação aos europeus (Gennari, 2011).

Para além das violências físicas, houve a violência cultural na qual ocorreu a separação das famílias, a proibição da religião e a imposição de aprender outra língua. A escravização não foi somente um sistema econômico, mas sobretudo, uma organização social que estruturou as classes e marcou diferenças essenciais na sociedade. Assim, a economia, a família, a justiça e a política foram fundadas a partir de valores escravocratas (Chiavenato, 2012; Schwarcz; Starling, 2015).

Somente a partir desse entendimento sobre a estruturação social brasileira poderemos compreender as relações existentes organicamente na sociedade. Dessas relações surgiram muitas discriminações e a principal delas, o racismo, perpetrou toda a historiografia brasileira que está inerente a toda herança negra e não somente à cor da pele (Chiavenato, 2012).

Para Souza (2019), os pensadores e intelectuais que relatam sobre a escravização, bem como os sistemas de ensino responsáveis por educar sobre nossas histórias e memórias, tratam o assunto de forma displicente, como algo datado e localizado. A abolição veio, e a reflexão sociológica sobre o abolicionismo deve ser feita a partir do viés econômico e político e não pelo interesse da nação de libertar e conceder dignidade ao seu povo.

Fernandes (2008) explica que houve uma mudança de sistema econômico que não alterou a ordem vigente e que nasceu no incipiente capitalismo industrial. Todos os setores, sendo a favor da abolição ou não, lucraram com o sistema escravista e usufruíram da mão de obra e dos lucros gerados pela população negra. Além disso, após a abolição, os detentores do poder e do governo se reorganizaram e permaneceram nos espaços privilegiados.

Inicia-se um processo acelerado para embranquecer o país. Muitos fazendeiros organizaram medidas que distanciaram as possibilidades de mobilidade social do povo negro e, em meados de 1880, surge um fator que iria dar um novo ritmo ao trabalho livre no Brasil, a imigração. Pretendia-se que o país tivesse uma população melhor, ou seja, branca, por isso a grande abertura para a imigração de pessoas europeias (Chiavenato, 2012).

A miscigenação, tão aclamada no país e que seria umas das marcas primordiais da população brasileira, é baseada, principalmente, na exploração sexual da mulher negra. Com a miscigenação, acreditava-se que a raça negra iria desaparecer sob o “progressivo clareamento da população do país” (Nascimento, 2016, p. 84).

A partir da miscigenação, surgem as ideias da democracia racial, na qual se acredita que a cor da pele não pesa sobre a igualdade de oportunidades. Fernandes (2008) entende a ideia de

democracia racial como discurso político e simbólico utilizado para desmobilizar a população negra. Na realidade, esse discurso dificulta às pessoas negras a autoafirmação e diminui as possibilidades de identificação racial. É nesse contexto, e com esse ideário enraizado, que a população negra busca a sua mobilidade social e forma as suas subjetividades.

Formação da subjetividade da pessoa negra e perspectivas da educação escolar: possibilidades de mudanças a partir de práticas antirracistas

A história da ascensão social da pessoa negra brasileira é também a história da formação da sua subjetividade. O negro, não possuindo uma concepção positiva de si mesmo, foi condicionado a ter o branco como modelo ao buscar estratégias para estruturar sua identidade e ascensão social (Souza, 2021).

Para a sociedade, o modelo respeitável e valorizado era o modelo eurocentrado na pessoa branca. Ser respeitado e valorizado significava ser tratado como branco. E foi nessa perspectiva que a pessoa negra buscou alcançar a ascensão social, ou seja, mesmo que tivesse que negar seu pertencimento racial, desejou com convicção assemelhar-se ao branco para assim tornar-se ‘gente’ (Souza, 2021).

Portanto, no que diz respeito ao desenvolvimento da subjetividade negra, sem evasivas e de forma direta, Fanon (2020, p. 22) expõe: “o negro não é um homem”. Há para a pessoa negra uma zona do não ser como efeito de diversas deformidades afetivas que foram instaladas no seu interior por uma sociedade branca concebida para pessoas brancas. Por isso o negro quer ser branco. E o fato explicitado pelo autor de onde não poderemos escapar é que as pessoas brancas se julgam superiores às pessoas negras, e, como consequência, as pessoas negras tentam a todo custo demonstrar que possuem igualmente riqueza e poderio da mente.

Para que ocorra o processo de desalienação do negro, é preciso reconhecer a realidade econômica, social e psicológica da população. Pois, se existe um complexo de inferioridade da pessoa negra, ele se dá pelo viés econômico e pela interiorização dessa inferioridade. O importante é entendermos de antemão que essa situação não foi gerada pela população negra. Em decorrência da atuação do colonizador, desde o processo histórico da escravização, as pessoas negras passam por um estado de alienação relacionado às suas autoimagens, que foram distorcidas e inferiorizadas (Berth, 2018; Fanon, 2020).

A inferioridade do negro é uma criação da coletividade racista que criou o inferiorizado a partir dos valores incrustados da suposta superioridade branca europeizada. De modo que a alteridade, para o negro, não é o negro, mas o branco. O colonizador provocou em seus

colonizados uma ferida absoluta com consequências não somente sociais, mas também psicológicas, no qual a pessoa negra possui uma necessidade constante de fazer a sociedade branca reconhecer a sua humanidade (Fanon, 2020).

A pessoa negra toma o branco como referência para se afirmar ou para se negar. Não lhe cabe espontaneidade ou simplesmente ser, isso foi um direito negado. Então passa a reagir, em vez de agir. As considerações que se obtém dessa situação é que o negro anseia por ser branco, pois vive em uma sociedade que alimenta esse desejo afirmando constantemente a superioridade de uma raça (Souza, 2021).

Para ocorrer a mudança desse cenário, é necessário a conscientização da pessoa negra no que diz respeito ao entendimento das estruturas sociais racistas. Ou seja, o negro precisa reconhecer os aspectos desse anseio por branquear-se, compreendendo os motivos que o levam a isso, e tomar consciência de diferentes possibilidades de existir (Fanon, 2020).

Existem diferentes vieses que podem operar nesse sentido, o que iremos pensar aqui é sobre o potencial da escola de atuar em perspectivas diferentes, facilitando a reflexão do negro sobre a aceitação da sua negritude. Apesar da escola aparecer como um espaço conflituoso que manifesta a reprodução de práticas discriminatórias racistas, faz-se necessário oferecer oportunidades de atuar no sentido de desconstrução do racismo estruturado da sociedade.

Davis (2016) nos afirma que o direito por aprender faz parte da luta negra, pois esse direito foi negado aos negros por muito tempo. Existia o medo dos senhores escravagistas de que a leitura e escrita instigassem e facilitassem as rebeliões e insurreições. De fato, o anseio por conhecimento do povo negro também se relacionava à liberdade. Hoje, a disputa é por uma educação que abarque os saberes negros.

Rosa (2019) aponta que é necessário fugir à pretensão de nos considerarmos, enquanto professores e professoras, como salvadores ou portadores da boa nova pelo qual iremos proporcionar a resolução dos problemas da população negra, pois uma sociedade igualitária não se dá somente por meio da educação, mas também, por outras diversas camadas sociais que a comunidade escolar não consegue alcançar. Porém, dada a carência de representações positivas nas outras esferas, e mesmo com todas as limitações, sendo a sala de aula um espaço que continua sendo de potencialidades, temos esse compromisso nas mãos.

Por isso, consideramos que as práticas antirracistas e em sintonia com as experiências vividas dos jovens escolares negros e negras, precisam estar amplamente incluídas na escola. O espaço escolar deve fornecer condições para que os estudantes negros possam afirmar suas

identidades em meio a outras identidades não negras, impactando positivamente nas suas subjetividades, para que conscientemente possam se representar como pessoa negra.

Nesse ínterim, a literatura científica apresenta estudos que se propõem a avaliar a efetivação da Lei n.º 10.639 em diferentes âmbitos da educação. Ferreira e Ferreira (2022) realizaram uma análise de oito livros de filosofia do ensino médio e observaram a não inclusão da lei nesse conteúdo. Fonseca e Rocha (2019) analisaram o processo de institucionalização da lei nas escolas que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constatando que há um nível muito baixo de efetivação nesse contexto.

Entretanto, mesmo que implementada de forma dispersa e irregular, a Lei n.º 10.639/03 tem sido fundamental para amparar e impulsionar iniciativas pedagógicas antirracistas. Os esforços de educadores e educadoras que se valem da lei e das diversas teorias e metodologias transformadoras, têm possibilitado que a educação seja repensada, com a problematização do currículo escolar em relação à diversidade e à (des)igualdade racial, deixando desconfortável o poderio racista e excludente que há nas diversas instâncias educacionais (Gomes, 2023).

Nessa perspectiva, podemos exemplificar como experiências exitosas os trabalhos de Rosa (2019) e Tolentino (2018). Rosa (2019) desenvolveu um trabalho de educação popular autônomo nas periferias de São Paulo que intitulou como “pedagoginga” no qual se utilizava das diversas disciplinas, tais quais história, geografia, artes e literatura, para conectar as práticas cotidianas com os conhecimentos da cultura negra. Já Tolentino (2018), nos apresenta em seu trabalho, expressado em crônicas, o seu fazer pedagógico no chão da escola pública, relatando suas experiências na educação básica. Nas suas vivências a professora nos demonstra como efetivar o compromisso contra o racismo, machismo e LGBTfobia na sala de aula.

Compreendemos que estar comprometido com uma educação antirracista é um desafio, pois somos continuamente consumidos por uma mentalidade colonizadora que molda consciências e ações, de modo que precisamos estar atentos e engajados em novas maneiras de pensar. Na educação podemos agir na contracorrente, porém, encontraremos também dificuldade em levar esses pontos de vista para estudantes que estão igualmente imersos nos valores normalizados do ambiente escolar (Hooks, 2020).

Adentrar na cultura negra é oportunizar possibilidades de encontro da pessoa negra com suas ancestralidades, cujos valores da branquitude procuraram de toda forma destituir de humanidade, sendo então possível existir um rearranjo das bases e feições de suas identidades que passaram pelo estilhaçamento existencial. Surge daí a responsabilidade de encontrar formas que contemplem as problemáticas contemporâneas da negritude, mas que bebam da fonte

ancestral, guiando e legitimando as práticas que não estejam alinhadas com o plano de embranquecimento da história do país (Rosa, 2019).

Nesse sentido, podemos atuar a partir de três direções: as questões de gênero e étnico-raciais, o esforço de ressignificar os currículos e saberes, e a busca por uma educação integral e inclusiva. Direções essas que são permeadas por influências freirianas, em busca da realização de atividades reflexivas e problematizadoras, valorizando e dialogando com os conhecimentos prévios e os contextos dos estudantes, sem lugar para preconceitos e discriminações (Tolentino, 2018).

Faz-se necessário ir além da promoção de uma educação antirracista, feminista e inclusiva. É crucial esclarecer aos alunos que eles estão inseridos em uma lógica de exclusão social e econômica que dificulta a ascensão social de crianças e adolescentes negros no sistema capitalista. A escola pública, em particular, tem suprido o mercado de trabalho principalmente com funções de menor prestígio (Tolentino, 2018).

Mostrar as barreiras de forma tão nítida pode parecer contraditório, contudo, conforme já mencionado com base em Fanon (2020), apenas compreendendo as estruturas sociais que as colocam em posição desigual é que as pessoas negras adquirirão a consciência necessária para lutar contra essas estruturas e buscar novas possibilidades de existência. Tolentino (2018), corrobora com essas perspectivas e afirma que a insurgência contra as desigualdades só será possível a partir do conhecimento das opressões vitimizadoras.

Nesse contexto, é válido entender que a educação tem sido instrumento de ideais colonialistas e de ensino para manutenção do *status quo* aos estudantes, sendo complexo cobrar dos docentes uma diferente forma de ensino do que foram ensinados. Uma grande revolução que houve nos últimos anos na educação é o questionamento dos posicionamentos dos educadores, no que diz respeito a distorção da história da população negra e dos povos originários e a reprodução do discurso pasteurizado do branco colonizador (Hooks, 2020).

Pensar criticamente sobre o que se pretende com um currículo negro, e aqui assumimos pensar em um sentido de ação, é, sobretudo, incomodar as estruturações curriculares que estão postas no dia a dia. Os conteúdos escolares são monoculturais e silenciadores de outras culturas, com o apagamento epistêmico das contribuições africanas no desenvolvimento do nosso saber enquanto brasileiros e brasileiras (Machado; Petit, 2020).

Um ponto de partida que consideramos interessante para expandir os pensamentos em relação à colonização dos saberes é ponderar: Como a história do Brasil seria contada se a narrativa fosse dos povos escravizados e dos povos originários? Refutar a forma como a história

do povo negro tem sido ensinada e exigir diferentes narrativas das disseminadas pela branquitude é fundamental para que a escola seja lugar de integridade na educação.

Apesar das intervenções, como, por exemplo, em forma da Lei n.º 10.639/03, não haverá mudanças efetivas se os professores não admitirem que atuar sem discriminação exige um retorno ao local de aprendizagem, em que exista disposição para dar novos significados sobre o que se aprendeu a partir de uma cultura de valores colonizadores.

É preciso reconhecer o engessamento do ensino, reagir criticamente a ele e comprometer-se com uma educação antirracista, diversa e inclusiva. Esse reconhecimento diz respeito sobretudo a uma escolha política que concebe “o aluno e a aluna como sujeito coletivo que tem memória, história de vida, tradição, valores e emoções que demandam por um lugar na sociedade” (Costa, 2019. p. 119). Dessa forma, a educação será potente para o irromper da pessoa negra enquanto ser humano integral, com a autoestima recuperada e com um ideal que tenha como referência seu próprio rosto.

Considerações finais

O estudo apresenta aspectos teóricos sobre o contexto da pessoa negra vivendo em uma sociedade embranquecida, com uma educação enviesada pelos valores colonialistas e os prejuízos na formação da subjetividade dessa pessoa que vai se estruturando desde a infância. Para refletir sobre esse cenário, buscamos considerar, por meio da literatura científica, alguns aspectos históricos e sobre a prática pedagógica, pensando sobre perspectivas que superem as problemáticas das relações que envolvem as pessoas negras e o ambiente escolar.

Para pensar as possibilidades de uma educação antirracista, apontou-se as contribuições freireanas que negam a neutralidade da educação e reconhecem como uma escolha política o posicionamento na relação educando e educador no processo ensino-aprendizagem. A escola deve estar direcionada ao alcance de um pensamento crítico que proporcione aos estudantes o entendimento das estruturas sociais de manutenção de poder e o esforço subversivo pela alteração do *status quo* embranquecido.

Diante das reflexões, entendemos que essas percepções não acontecem de um dia para outro, pois todos os sujeitos, tanto professores, como estudantes, estão imersos em uma sociedade que ainda vivem o pensamento colonizador. Mesmo que as questões de raça, diversidade, classe, enfim, os princípios progressistas, estejam mais aceitáveis para estar na

escola, ainda é muito comum que essas questões sejam trabalhadas de forma simplista e sejam esmagadas diante dos conteúdos estruturados.

Apesar disso, faz-se necessário encontrar meios de escapar a essa lógica sistematizada dos saberes formais enrijecidos e promover uma educação antirracista. Dessa forma, poderemos alcançar a potencialidade da educação para impactar positivamente na formação da subjetividade da pessoa negra, com uma educação verdadeiramente democrática que atenda às necessidades destes sujeitos no âmbito brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, B. S. B.; ROCHA, D. M.; VIEIRA, F. P. Pensando num ensino de ciências decolonial a partir da poesia “Eu-mulher” de Conceição Evaristo. **Filosofia e Educação**, Campinas, v.13, n.1, p. 1917-1937, jan./abr. 2021

BERTASSO, A. Valores afroculturais e formação da subjetividade negra no romance Jubiabá, de Jorge Amado. *In*: ROCHA, W. H. A. (org.). **Racismo e antirracismo: reflexões, caminhos e desafios**. 1.ed. Curitiba, PR: Editora Bagai, 2021.

BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei número 10639/03, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, DF: MEC, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 set. 2022.

CHIAVENATO, J. J. **O negro no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

COSTA, T. T. **Abaeté crioulo: discurso e identidade racial de jovens negras**. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento em Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, F. (org.). **Octávio I**. Sociologia. São Paulo: Ática, 2008.

FERREIRA, S. A. B.; FERREIRA, A. C. Os livros de filosofia do PNLD/2018 e a lei 10.639/03: reflexões sobre a diversidade étnico-racial no material didático de filosofia no Ensino Médio. **Pro-Posições**, [S. l.], v. 33, 2022.

FONSECA, M. V.; ROCHA, L. F. R. DA. O processo de institucionalização da lei nº. 10.639/2003 na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 35, p. e187074, 2019.

GENNARI, E. **Em busca da liberdade**: traços das lutas escravas no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2011

GOMES, Nilma Lino. Pedagogia das emergências: por uma educação descolonizada e antirracista. [Entrevista concedida a] Marcelo Menna Barreto. **Jornal Extra Classe**, Porto Alegre, mar. 2023. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2023/03/pedagogia-das-emergencias-por-uma-educacao-descolonizada-e-antirracista-do-movimento-negro/>. Acesso em: 03 out. 2023.

HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

MACHADO, A. F. PETIT, S. H. Filosofia africana para afrorreferenciar o currículo e o pertencimento. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p. 01-31, e020079, 2020.

MADEIRA, Z. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2017.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, M. R. G. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: [s. n.], 2017.

ROSA, A. **Pedagogia, autonomia e mocambagem**. São Paulo: Pólen, 2019.

SANTOS, M. A. Contribuição do negro para a cultura brasileira. **Temas em Educação e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 217-229, jul./dez. 2016.

SCHWARCZ, L. STARLING, H. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, M. Educação e relações étnico-raciais no Brasil: tensões entre os currículos afrocentrado e eurocentrado. In: ROCHA, W. H. A. (org.). **Racismo e antirracismo**: reflexões, caminhos e desafios. 1.ed. Curitiba, PR: Editora Bagai, 2021.

SOUZA, E. P. A lei nº 10.639/03 na escola – caminhos para os tambores de Congo. In: GOMES A. B. S.; CUNHA Jr. H. (org.). **Educação e Afrodescendência no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TOLENTINO, L. **Outra educação é possível**: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: À professora orientadora Dra Maria Veraci Oliveira Queiroz pela parceria e construção conjunta. À Secretaria de Educação do Ceará que por meio de convênio realizado com a Universidade Estadual do Ceará tem proporcionado o estudo de doutoramento aos professores da rede pública cearense.

Financiamento: Secretaria da Educação do Ceará - SEDUC / Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesses.

Aprovação ética: Esse manuscrito faz parte da pesquisa de tese da autora principal, estando aprovada pelo comitê de ética da Universidade Estadual do Ceará sob o CAAE: 69850823.4.0000.5534.

Disponibilidade de dados e material: Não se aplica.

Contribuições dos autores: A redação do manuscrito é da autora principal Thalita Terto Costa, contando com a orientação para conceitualização, metodologia e análise do estudo da professora Dra Maria Veraci Oliveira Queiroz. Também de forma significativa contribuiu para a revisão do rascunho e versão final do texto o Dr Emanuel Avelar Muniz.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

